

JUVENTUDE, POLÍTICA E CULTURA POPULAR NA OBRA DE MONTEIRO LOBATO

Vladimir Sacchetta*

Nascido em Taubaté, no interior do estado de São Paulo, Lobato sempre esteve ligado ao mundo das letras – seja como leitor voraz, desde menino na biblioteca do avô, seja como autor de contos e artigos de jornal sobre os mais variados assuntos. Mas foi em 1920, ano da fundação de sua editora, a Monteiro Lobato & Cia. que, preocupado com a falta de bons livros para os filhos, resolveu escrever seu primeiro título voltado para o público infantil. Compreendendo que a criança não era um adulto em miniatura, concluiu que para interessá-la seria preciso falar-lhe à imaginação. Por isso criou um universo do faz-de-conta onde tudo era possível, e lançou *A menina do narizinho arrebitado*, com capa vividamente ilustrada e desenhos coloridos de Voltolino.

Novos episódios de Narizinho seriam publicados na *Revista do Brasil* de janeiro de 1921, onde se podia ler a seguinte introdução: “A nossa literatura infantil tem sido, com poucas exceções, pobríssima de arte, e cheia de artifício – fria, desengraçada, pretensiosa. Ler algumas páginas de certos ‘livros de leitura’ equivale, para rapazinhos espertos, a uma vacina preventiva contra os livros futuros. Esvai-se o desejo de procurar emoções em letra de forma; contrai-se o horror do impresso...”

Um dos mais importantes autores infantis do país, criador do Sítio do Picapau Amarelo e de incríveis personagens entre os quais Emília, uma boneca de pano extrovertida e irreverente, Monteiro Lobato (1882-1948) foi muito além do campo literário. Personalidade de múltiplos interesses, marcou presença na vida brasileira da primeira metade do século XX, participando de campanhas por saúde, ferro, petróleo e reforma agrária.

No ano seguinte Lobato edita *O Marquês de Rabicó* e *Fábulas* – estas últimas com uma “advertência” do autor: “As fábulas constituem um alimento espiritual correspondente ao leite na primeira infância. Por intermédio delas a moral, que não é outra coisa mais que a própria sabedoria da vida acumulada na consciência da humanidade, penetra na alma infante, conduzida pela loquacidade inventiva da imaginação. Esta boa fada mobiliza a natureza, dá fala aos animais, às árvores, às águas e tece com esses elementos pequeninas tragédias donde ressurre a ‘moralidade’, isto é, a lição da vida.”

Compreendendo que a criança não era um adulto em miniatura, concluiu que para interessá-la seria preciso falar-lhe à imaginação. Por isso criou um universo do faz-de-conta onde tudo era possível.

Dentro deste espírito – escrever de modo fácil e agradável – ele procura divertir o leitor dando vida a personagens como o Marquês de Rabicó, o Visconde de Sabugosa, o Dr. Caramujo, o Conselheiro, o burro falante e o rinoceronte Quindim. Isso sem falar na Emília, através da qual se manifesta e extravasa seu inconformismo o próprio Lobato.

Monteiro Lobato foi um verdadeiro divisor de águas, considerado por alguns o próprio criador da literatura infanto-juvenil brasileira. Já era autor consagrado e editor de renome quando iniciou, aos trinta e oito anos, sua produção para crianças.

Para Lobato, a literatura infantil não era um gênero menor, como alguns costumavam caracterizar. Nem mero entretenimento, mas algo de grande importância enquanto formadora da identidade cultural. Conforme ele próprio destacou, sem cultura não se fixa nem se perpetua a riqueza, entendida como riqueza mental, aquela que jamais pode ser

expropriada. “Nunca no mundo uma bala matou uma idéia”, diria. Quando se possui saber, o cérebro domina o conhecimento e o usa para explorar as riquezas. Como o livro era, no seu tempo, o principal instrumento de transmissão da cultura, era preciso despertar nas crianças o interesse por eles. Mas isso jamais seria alcançado por meios impositivos. Era preciso cativar a imaginação as crianças e aguçar sua curiosidade.

Além de inovar em conteúdo e temática, fazendo do nosso cotidiano o mundo encantado do Sítio do Picapau Amarelo, Lobato não descuidou da linguagem, simplificando-a o mais possível. Deu voz aos personagens e visibilidade aos cenários – a ponto de torná-los quase tangíveis – e, especialmente, povoou suas histórias com elementos autenticamente brasileiros.

Sua obra primou por estimular os jovens a desenvolver raciocínio próprio e visão crítica do mundo, apontando para a criatividade como solução fundamental para a vida. Através de aventuras contadas sob o ponto deles, suas narrativas ensinaram a questionar as convenções impostas pelos adultos. Lobato, assim, deu vez e voz às crianças e jovens de seu tempo.

Embora plasmada com matéria-prima local, a magia das histórias de Lobato está na universalidade, alcançada através de trocas com outros povos e civilizações. Em seus enredos convivem

“As fábulas constituem um alimento espiritual correspondente ao leite na primeira infância. Por intermédio delas a moral, que não é outra coisa mais que a própria sabedoria da vida acumulada na consciência da humanidade, penetra na alma infante, conduzida pela loquacidade inventiva da imaginação”.

mitos da Grécia antiga, da fábula universal, do cinema e das histórias em quadrinhos. Ao mesmo tempo, o escritor resgata as três culturas formadoras do Brasil: a do branco europeu, a do negro africano trazido como escravo e a do indígena.

A autenticidade da criação lobatiana – e o intenso diálogo que estabeleceu com várias gerações de brasileiros, que através de seus livros descobriram o prazer da leitura e a possibilidade da apreensão do conhecimento – teve como base a profunda sintonia do autor com a realidade à sua volta. Identificados de tal modo com Lobato, os pequenos leitores acabavam sentindo-se parte integrante daquele reino mágico. Mais do que isso, queriam que o país todo se tornasse um sítio de Dona Benta, segundo o escritor o “abençoado refúgio onde não há opressão nem cárceres – lá não se prende nem um passarinho na gaiola. Todos são comunistas à sua moda, e estão realizando a República de Platão, com um rei-filósofo na pessoa de uma mulher”.

Convencido de que ao influir na formação da criança estaria contribuindo para construir o Brasil do futuro, Lobato resolveu dedi-

car-se definitivamente aos livros infantis. Misturando sonho e realidade, conquistava os pequenos fãs, que logo passavam a dividir com ele o cenário das possibilidades infinitas, bastando apenas usar um pouco de imaginação. Ingrediente que não faltava nas centenas de cartas remetidas por crianças de todos os cantos do país, ora pedindo um pouco do pó mágico de pirlimpimpim, ora incentivando-o a implementar de verdade uma reforma da natureza ou relatando uma infrutífera caçada ao Saci Pererê.

“Nos livros as crianças querem que lhes demos cartolas – coisas mais altas do que elas podem compreender. Isso as lisonjeia tremendamente”, explicaria em carta ao amigo Godofredo Rangel. “Mas se o tempo inteiro as tratamos *puerilmente*, elas nos mandam às favas.”

Caracterizando os dois principais adultos de suas histórias – Dona Benta e tia Nastácia – como fontes e detentores do saber erudito e popular, Lobato quebrou a hierarquia e subverteu as relações entre adultos e crianças. A autoridade da avó nascia de sua sabedoria e não do exercício do poder. Da mesma forma, com Lobato as crianças estabeleciam uma intimidade evidenciada no desejo expresso de se tornarem personagens de seus livros, nos pedidos de retratos autografados e nos convites para festas de aniversário ou formatura. Ao

Para Lobato, a literatura infantil não era um gênero menor, como alguns costumavam caracterizar. Nem mero entretenimento, mas algo de grande importância enquanto formadora da identidade cultural.



Livros infantis de Monteiro Lobato

mesmo tempo, seus livros foram precursores dos atuais paradidáticos, transformando o aprendizado em brincadeira e tornando claras e acessíveis as matérias escolares mais difíceis. Tratando seus leitores como interlocutores competentes, Lobato não deixava de lado temas como saúde, religião ou política.

“A professora me mandou decorar uns verbos e quando eu li o seu livro aprendi tudo”, comenta um leitor, referindo-se a *Emília no país da gramática*. “O pedaço que eu gostei mais foi quando eles foram visitar os vícios da pronúncia.” Na correspondência que Lobato recebia não faltam indicações para enredos, pedidos de conselhos e até algumas críticas, que demonstram os fortes laços que o uniam a seu público jovem. Um deles pede para que escreva um livro sobre a pré-história. Outro sugere que leve as crianças num passeio pelo corpo humano. Contando como questionou a existência de Adão aos sete anos de idade, um garoto relata: “Vieram os seus livros. Neles aprendi a duvidar de tudo que não me parecesse lógico e a investigar a verdade nos próprios absurdos.” Assim, muitas são as cartas nas quais se comprova o quanto o criador do Sítio do Picapau Amarelo modificou a maneira de pensar dos seus leitores.

Embora plasmada com matéria-prima local, a magia das histórias de Lobato está na universalidade, alcançada através de trocas com outros povos e civilizações.

A questão social em Monteiro Lobato

A rica trajetória do escritor-cidadão Monteiro Lobato, comprometido com um projeto de melhoria para o país, pode ser comprovada por meio do Jeca Tatu, seu personagem-símbolo. Nascido em 1914 - nos artigos *Uma Velha Praga* e *Urupês*, ambos publicados em O Estado de S. Paulo - esse Jeca era preguiçoso e indolente. Mais tarde, ao entrar em contato com as pesquisas dos médicos sanitaristas Belisário Pena e Artur Neiva, Lobato revê seus juízos sobre o mundo rural e descobre que a apatia do caboclo advinha da fome, da falta de saúde e da exclusão.

“Está provado que tens no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie”, admite então. “É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não.” E conclui: “O caipira não é assim. Está assim.”

Engajado agora em campanhas por saúde e saneamento, em 1918 escreve para o mesmo jornal uma série de artigos - organizados depois no livro *Problema Vital* - em que denuncia as doenças do homem do campo. “A esta hora milhões de verdadeiros patriotas lá estão no eito, porejantes de suor, na faina da limpeza e do plantio. Febrentos de maleita, exaustos pelo amarelão, espe-

zinhados pelo ácaro político, lá estão cavando a terra como podem, desajudados de tudo, sem instrução, sem saúde, sem gozo da mais elementar justiça.”

Sonhando em transformar o Brasil numa nação próspera, de volta dos EUA em 1931, onde vivera por três anos como adido comercial no Consulado de Nova Iorque, Lobato passa a enxergar no transporte, no ferro e no petróleo o tripé de sustentação do crescimento econômico. Tenta convencer o governo a apoiar a implantação de uma indústria siderúrgica, mas bate de frente com a burocracia estatal e, especialmente, com interesses poderosos do capital estrangeiro.

Mas Lobato não desiste e percorre o Brasil de norte a sul, divulgando seus planos agora numa memorável campanha pelo petróleo. Convence o público que lota auditórios para ouvi-lo, capta recursos de milhares de pequenos investidores e funda três companhias petrolíferas. De novo, acabaria derrotado pelos trustes internacionais.

Condenado a seis meses de prisão por cartas que enviou a Vargas e Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, cobrando medidas em defesa da soberania nacional na questão do petróleo, seria solto em junho de 1941.

O sítio era, na visão do escritor, o “abençoado refúgio onde não há opressão nem cárceres. Todos são comunistas à sua moda, e estão realizando a República de Platão, com um rei-filósofo na pessoa de uma mulher”.

Quando as eleições gerais são afinal convocadas, Lobato é chamado para compor a chapa dos candidatos comunistas.

Mas continuou perseguido pela ditadura. Seus livros infantis são apreendidos e queimados por conter “doutrinas perigosas e práticas deformadoras do caráter”. Segundo o procurador do Tribunal de Segurança Nacional, tinham um conteúdo contrário ao projeto do Estado Novo de formar uma juventude saudável, patriótica e de fortes princípios fincados na tradição cristã.

Amorçado pela censura do Departamento de Imprensa e Propaganda, Monteiro Lobato só voltaria a se expressar publicamente quatro anos depois, na iminência da queda de Getúlio. Numa entrevista ao Diário de São Paulo, afirmou de forma contundente: “A nossa Ordem Social baseia-se na miséria, na penúria, na quase-nudez e agora até no ‘outlawing’ desses milhões de homens que produzem tudo quanto comemos e vendemos no exterior.” Somados ao operariado urbano, esses produtores rurais, segundo Lobato, formavam a massa imensa de “carne dolorosa”, a sustentar umas tantas toneladas de “carne gorda, feliz, contente”.

Quando as eleições gerais são afinal convocadas, Lobato é chamado para compor a chapa dos candidatos comunistas. Recusa o convite – ele jamais se filiaria a qualquer organização política – mas não deixa de saudar Luís Carlos Prestes por ocasião do grande comício realizado no estádio do Pacaembu em julho de 1945. A ditadura cai, mas a situação volta a endurecer sob

o governo Dutra. E Lobato novamente empenha seu prestígio pessoal ao solidarizar-se com os militantes do Partido Comunista, cujo registro fora cassado. Considerando a medida como uma ameaça à Constituição, escreve a *Parábola do rei vesgo* (ver box nesta matéria).

A partir desse momento, Lobato dá uma guinada radical e, de novo, refaz o perfil do Jeca Tatu e transforma-o no Zé Brasil. Aquele caipira modorrento de 1914, que quatro anos depois passara a vítima das endemias crônicas, agora surgia como um trabalhador sem terra, cujo inimigo maior chamava-se “latifúndio”.

Lançado em 1947, Zé Brasil ensinava que os adversários dos comunistas, dos operários, dos camponeses, dos injustiçados do mundo eram os que viviam à custa do trabalho alheio. O folheto de 24 páginas, lançado pela Vitória, editora comunista, seria apreendido em sucessivas batidas policiais.

Episódios como esses deixam claro que toda a obra infanto-juvenil de Monteiro Lobato reflete a preocupação de formar cidadãos livres, críticos e questionadores, aptos a julgar sempre para aceitar, rejeitar ou contrapor idéias. “Exemplo magnífico e raro do intelectual que não se vende e não se aluga” segundo Oswald de Andrade, nem “se coloca a serviço dos poderosos ou dos sabidos”, Monteiro Lobato encarna a figura do intelectual engajado, comprometido com as causas mais prementes de seu povo e seu país. 🗨

* VLADIMIR SACCHETTA é jornalista, escritor e produtor cultural

UM ESCRITOR



Gravura lembra engajamento de Monteiro Lobato

Monteiro Lobato amargou a ditadura do Estado Novo (1937-1945), a censura imposta pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e um processo no Tribunal de Segurança Nacional que o levou ao Presídio Tiradentes. E acompanhou pessimista o processo de redemocratização que acabaria conduzindo ao Palácio do Catete o general Dutra, ex-ministro da Guerra de Getúlio Vargas.

A *parábola do rei vesgo* foi escrita para um comício realizado em 16 de junho de 1947 no Vale do Anhangabaú, São Paulo, em protesto pela proibição das atividades do Partido Comunista em todo o Brasil e diante do perigo da cassação dos mandatos de seus parlamentares, concretizada no início do ano seguinte. Apesar da vigência da Constituição de 1946 e do Congresso Nacional funcionando a todo vapor, o país vivia a demo-

COMPROMETIDO COM A LIBERDADE



nas campanhas pelo nacionalização do petróleo

cracia de Dutra, cada vez mais restritiva. O regime não passava de um “Estado Novíssimo”, na avaliação de Lobato, em que a Carta Magna acabaria “pendurada num ganchinho no quarto dos badulaques”.

A HISTÓRIA DO REI VESGO

Na frente do palácio de certo rei do Oriente havia um morro que lhe estragava o prazer. Esse rei, apesar de ser vesgo, tinha uma grande vontade de “dominar a paisagem”; vontade tão grande que ele não pôde resistir, e lá um belo dia resolveu secretamente arrasar o morro. Tratava-se, porém, de um morro sagrado, chamado o Morro da Democracia, e defendido pelas leis básicas do reino. Nem essas leis, nem o povo jamais consentiriam em sua demolição, porque era justamente o obstáculo que limitava o poder do rei. Sem ele o rei dominaria ditatorialmente a paisagem, o que todos tinham como um grande mal.

Mas aquele rei, que além de vesgo era malandro, tanto espremeu os miolos que teve uma idéia. Piscou e chamou uns cavouqueiros, aos quais disse:

- Tirem-me um pouco de terra desse morro, ali há umas touceiras de craguatá espinhento. Se o povo protestar contra a minha mexida no morro, direi que é para destruir o craguatá espinhento; e que se tirei um pouco de terra foi para que não ficasse no chão nem uma raiz ou semente.

Os cavouqueiros arrancaram os pés de craguatá e removeram várias carroças de terra. O povo não protestou; não achou que fosse caso disso. Só alguns ranzinzas murmuraram, ao que os apaziguadores responderam:

- “Foi muito pequena a quantidade de terra tirada; não fará falta nenhuma.”

Vendo que não houve protesto, o rei, logo depois, deu nova ordem aos cavouqueiros para que arrancassem outro pé de qualquer coisa, mas com terra - ele fazia muita questão de que a planta condenada saísse sempre com um bocadinho de terra... Continuando o povo a não protestar, prosseguiu o rei por muito tempo naquela política de “extirpação das plantas daninhas do morro”, e as foi arrancando, sempre “com terra”, até que um dia...

- Que é do morro?

Já não havia morro nenhum no reino. Desaparecera o Morro da Democracia, e o rei pôde, afinal,

estender o seu olho vesgo por todo o país e governá-lo despoticamente - não pelo breve espaço de apenas quinze anos, mas pelo de trinta e tantos, segundo rezam as crônicas históricas.

Isso foi no Oriente. Mas nada impede que aqui aconteça o mesmo, porque também temos o nosso morrinho da Democracia, cheio dessas plantas más que costumam nascer em tais morros. É preciso, pois, que o povo se mantenha sempre vigilante, para que os nossos reis vesgos não as arranquem “com terra”. Do contrário o morro se acaba - e... como é? Ditadura outra vez? DIP outra vez? Tribunalzinho de Segurança outra vez? Paizinho dos pobres outra vez?

Este comício tem essa significação. É um protesto do povo contra as primeiras carroçadas de terra que o nosso rei, sob o pretexto de arrancar o craguatá espinhento do comunismo, tirou o nosso Morro da Democracia. Cesteiro que faz um cesto faz cem. Quem tira uma carroçada de terra tira mil. Se não reagirmos energicamente, um dia estaremos privados do nosso morro e com um terrível soba dominando toda a planície.

E se tal acontecer, e esse soba instituir o Relho como instrumento de convicção, será muitíssimo bem feito, porque outra coisa não merece um povo que deixa seus governantes despojarem-no pouco a pouco das suas mais belas conquistas liberais.

O preço da liberdade é uma vigilância barulhenta como a dos gansos do Capitólio.